


## Mobilização do trabalho e escolarização no processo de modernização em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)

Ana Carolina Gonçalves Leite

### Resumo

Com este artigo, buscamos discutir a relação entre mobilidade do trabalho e escolarização a partir de uma análise do processo de modernização em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil) e de levantamentos realizados entre os anos de 2004 e 2014, para estudos e reflexões conduzidos no período (LEITE, 2010, 2015). No que diz respeito ao momento contemporâneo, notaremos o amplo processo de escolarização experimentado pelos jovens do campo e como isso implica processos migratórios, ainda que temporários ou pendulares, mudando a relação entre reprodução familiar e emprego na terra. A partir de uma leitura histórica e com uma extrapolação da discussão sobre a migração para o problema conceitual da mobilidade do trabalho, ademais, encontraremos a escolarização como momento de um processo de autonomização não apenas entre terra e trabalho, como no caso daqueles filhos de camponeses que se escolarizam e podem mobilizar sua força de trabalho independentemente da terra que possuíam, mas também, antes ainda, entre terra, capital e Estado. Nesse momento esteve também a escolarização no centro de um processo de suplantação da antiga iniciativa privada, com a espada nas mãos, por filhos ilustrados que se tornariam proprietários rurais rentistas e absenteístas e urbanizariam seus hábitos, formando a tecnocracia que permitiria a efetiva institucionalização do Estado no Brasil. Para conclusão do percurso, retornamos ao momento contemporâneo, então conceitualmente interpretado como desdobramento crítico daquele processo de autonomização, para situar os horizontes enfrentados pela escolarização diante da mobilidade do trabalho, hoje em crise.

**Palavras-chave:** Escolarização. Mobilização do trabalho. Autonomização.

Ana Carolina Gonçalves Leite  
Universidade Federal de Pernambuco  
E-mail: carolinavecchia@gmail.com  
 <http://orcid.org/0000-0003-3121-4880>

Recebido em: 02/08/2019  
Aprovado em: 08/06/2020



## Abstract

### **Labor mobilization and schooling in the modernization process in rural communities in the Jequitinhonha Valley (Minas Gerais, Brazil)**

Through this article, we seek to discuss the relation between mobility of labor and schooling, in light of the process of modernization on rural communities of the Jequitinhonha River Valley (Minas Gerais, Brazil), from surveys carried out between 2004 and 2014 for studies and reflections conducted in the period (LEITE, 2010 e 2015). Concerning to the current moment, we're going to present the broad process of schooling lived by the youth of the countryside and the way as such entails migratory processes, although temporary or pendular, switching the relation between the family reproduction and the use of the ground for working. Starting from a historical presentation we seek to surpass the discussion on migration reaching the conceptual issue of the mobility of labor in order to deal with the schooling, not only as a process of separation between ground and labor, in case of the children of early peasants which have been schooled and became able to use their work-force regardless of the ground, but also, between ground, capital and state. At that time the schooling took a central part into the process of the surpassing of the ancient private initiative with the sword in hands by the enlightened children which became absentee rentiers rural holders which urbanized their behaviors and constituted the technocracy which would allow the effective institutionalization of the state in Brazil. To conclude, we return to the contemporary moment, which was then conceptually interpreted as a critical development of that autonomization process to situate the horizons faced by schooling in the face of the mobility of work today in crisis.

#### **Keywords:**

Schooling.  
Mobilization of labor.  
Autonomization.

## Resumen

### **Movilización del trabajo y escolarización en el proceso de modernización en comunidades rurales em el Valle Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)**

Con ese trabajo, buscamos discutir la relación entre movilidad del trabajo y escolarización, a partir de un análisis del proceso de modernización en comunidades rurales del Valle del Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil), desde encuestas realizadas entre 2004 y 2014 para estudios y reflexiones realizadas en el período (LEITE, 2010 e 2015). Con respecto al momento contemporáneo, notaremos el amplio proceso de escolarización experimentado por los jóvenes del campo y cómo ello implica en procesos migratorios, aunque temporales o pendulares, cambiando la relación entre reproducción familiar y empleo en la tierra. A partir de una lectura histórica y con una extrapolación de la discusión sobre la migración hacia el problema conceptual de la movilidad del trabajo, además, encontraremos la escolarización como momento de un proceso de autonomización no sólo entre tierra y trabajo, como en el caso de aquellos hijos de campesinos que se escolarizan pudiendo movilizar su fuerza de trabajo independiente de la tierra que poseían, pero también, antes aún, entre tierra, capital y Estado. En ese momento estuvo también la escolarización en el centro de un proceso de suplantación de la antigua iniciativa privada con la espada en las manos por hijos ilustrados a convertirse en propietarios rurales rentistas y absentista que urbanizan sus hábitos y formaban la tecnocracia del proceso que permitiría la efectiva institucionalización del Estado en Brasil. Para concluir, volvemos al momento contemporáneo, interpretado conceptualmente como un desarrollo crítico de ese proceso de autonomización, para situar los horizontes que enfrenta la escuela frente a la actual movilidad del trabajo en crisis.

#### **Palabras clave:**

Escolarización.  
Movilización del trabajo.  
Autonomización.

## Introdução

Com este artigo, sugerimos uma chave interpretativa para pensar no sentido da escolarização em meio ao processo migratório, bem como no sentido da migração no âmbito do processo de modernização, a partir do problema conceitual da mobilidade do trabalho e de referências históricas sobre a modernização no que veio a se estabelecer como a Região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e no Brasil como um todo. Tomamos por base os levantamentos que realizamos entre os anos de 2004 e 2014, em distintas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, para estudos e reflexões conduzidos no período (LEITE, 2010, 2015).<sup>1</sup> Olhamos para diversos fragmentos de um extenso e complexo processo, não com a expectativa de produzir uma história, seja da escolarização, seja da migração, seja da mobilidade, mas com o objetivo de recolher elementos para interpretar a modernização como processo que tem uma forma. O conceito de autonomização auxiliou-nos a discuti-la criticamente.

Nesse percurso, passamos por contextos contemporâneos, a partir de narrativas, escutadas em campo, dos lavradores daquelas comunidades rurais. Elas falam sobre escolarização, mas a relacionam diretamente às profundas mudanças nas condições de reprodução regional, que aproximaram esta última de uma progressiva necessidade de monetarização. Assim, antes de aparecer ligada à migração, a escolarização aparece relacionada, isso sim, à necessidade de obter rendimentos monetários, a partir do que emerge a necessidade de trabalho assalariado e, por sua vez, também da migração. Por vezes temporária, para o trabalho como ‘boias-frias’, ou em direção à cidade, inclusive para estudar, nalguns casos.

Este percurso é continuado por uma problematização/investigação acerca do fundamento comum à migração e à escolarização: a mobilidade do trabalho. E o faremos a partir da observação em camadas que vão do processo mais elementar de formação da mobilidade, a chamada mobilização do trabalho, até as várias dimensões em que sua forma dita as condições de reprodução dos trabalhadores, cuja única alternativa de sobrevivência é a venda da sua força de trabalho, para chegar aos termos da continuada domesticação pressuposta na mobilidade, especialmente a partir do surgimento e sentido da escola como instituição.

O caminho em pauta se completa e ganha significado quando recorreremos à apresentação crítica do processo de modernização do Vale do Jequitinhonha, inclusive deslocando os termos clássicos da mobilização do trabalho em função do caráter colonial da história do Brasil, qual sejam, de ter sido o momento da acumulação primitiva europeia, o que nos impede de supor uma acumulação primitiva própria e independente dos rumos de desenvolvimento do capitalismo mundial, uma vez que as relações cujo sentido era a reprodução do capital já se encontravam em curso nesse território, em um processo que só posteriormente se consolidou num Estado nacional.

Nesse momento, passamos a explicar de maneira mais detalhada as referidas transformações nas condições de vida daquela população, entendendo-as não como mera expropriação, mas como subordinação da dinâmica regional oligárquica da acumulação a um processo de monopolização do capital, o qual coincidiria com a autonomização dos chamados fatores de produção – terra, trabalho e capital – e com a nacionalização dos seus mercados, além da separação da violência no processo de institucionalização do Estado. Este contaria, por sua vez, com o papel determinante da escolarização, mas, dessa vez, dirigida às classes dominantes, no seio das quais se constituiriam as condições para a institucionalização, inclusive mediante a formação de uma tecnocracia. Não por acaso, essa tecnocracia veio a ter, posteriormente, um papel fundamental no planejamento, que moveria não apenas o processo de expropriação mencionado, mas também a quebra daquele ciclo regional.

As consequências nos levam de volta ao início do percurso: às migrações, ao assalariamento, às formas de vida modificadas – mesmo para quem ficou no campo – e à escolarização, dentre todas, a modificação decisiva. Levam-nos também às insuficiências da própria escolarização para garantir trabalho em um mundo de mobilidade em crise.

### **Comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha, migração e escolarização**

Discutir a relação entre escolarização e migração em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha, perseguindo a trilha deixada por pautas que se consagraram em inúmeros textos jornalísticos, documentos de Estado, de associações, movimentos sociais, além de investigações acadêmicas, muito provavelmente nos empurraria a tomar em conta os chamados ‘boias-frias’, trabalhadores precarizados do agronegócio brasileiro, em geral migrantes sazonais, sobretudo da produção sucroenergética, cafeeira e de laranja, e a complexa gama de relações por eles experimentadas, da urbanização forçada ao envio de remessas para a articulação familiar de estratégias de reprodução variadas, entre as quais a garantia de estudo para os mais jovens.

Isso porque o Vale do Jequitinhonha se tornou conhecido pelas muitas mazelas que, supostamente, o definem como uma região ou, mais que isso, como uma região miserável, (região-)objeto de necessária intervenção estatal. Mas não apenas. Tornou-se conhecido justamente por expulsar migrantes que corriam da seca, da pobreza, da fome e das doenças em busca de oportunidades de trabalho no Centro-Sul, sobretudo de trabalho temporário ou sazonal, e, por isso, os ‘boias-frias’ aparecerem como pauta central (LEITE, 2015; SERVILHA, 2012; SILVA, D., 2007).

Essa pauta esteve presente também nas diversas narrativas ouvidas em campo, nas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha. Antônio Gomes, 70 anos, morador da comunidade Córrego da Barriguda, localizada na Chapada do Lagoão, município de Araçuaí, insistia conosco no fato de que a migração ocorrida no Vale do Jequitinhonha não podia ser reduzida ao condicionamento da seca, da pobreza, da

fome, das doenças – numa palavra, ao condicionamento da falta –, sendo necessário associá-la a um conjunto de transformações nas condições de reprodução social experimentadas pelos camponeses da região, que incluem a obrigatoriedade paulatina de ter de acessar recursos monetários para sobreviver e a dificuldade em acessar trabalho assalariado na origem. Desse processo resultaria a migração:

*Tinha de estar buscando. Fazendo uma diária... Depois foi o corte de cana que me permitiu a 'sustentabilidade' da minha família. Porque os filhos iam pra escola. Material escolar... Vinham as roupas das crianças pra comprar... Aquele negócio de roupa de algodão, as pessoas já foram esquecendo aquilo... Começou a modernizar mais... Já modernizou as coisas que a gente tinha precisão. Então a gente começou a sentir necessidade de estar saindo pra fora pra buscar essas coisas. (LEITE, 2015, 620).<sup>2</sup>*

Marciano Soares, 76 anos, morador da comunidade do Quilombo, localizada na Fazenda Alagadiço, município de Minas Novas, levantara semelhante questão, sugerindo ser uma prática bem antiga a feitura de pequenas 'economias' de recursos, sempre que possível, para dificuldades eventuais, como os casos de doença, assim como para a realização de estratégias de reprodução familiar, como a escolarização dos filhos. Nova seria a forma de objetivação assumida pela poupança, crescentemente monetarizada. Bem como as dificuldades para obter recursos monetários, seja pela escassez de oportunidades de trabalho assalariado na origem, seja pela precariedade das condições de trabalho experimentadas pelos 'boias-frias' (LEITE, 2015).

A escolarização, para Antônio Gomes e Marciano Soares, aparece como uma estratégia de reprodução familiar cujas condições de realização sofreram transformações decisivas com o aprofundamento da monetarização – a mediação muitas vezes necessária do trabalho remunerado – e, consecutivamente, da migração, mas, precisamente nesse contexto, para aqueles trabalhadores, dela se destacaria a funcionalidade de facilitar acesso à relação assalariada. Objeções a esse ponto de vista, que, não obstante, trata de apresentar, às avessas, o mesmo processo, são feitas por José Maria dos Santos, 42 anos, mais jovem, morador da comunidade do São Pedro do Alagadiço, localizada na Fazenda Alagadiço, município de Minas Novas:

*Porque por aqui tem muito pouca alternativa, né? A alternativa qual era? Corte de cana. Mas parece que até isso tá ficando mais difícil hoje em dia. Pra gente que não tem muito estudo é difícil arrumar outra coisa. Mesmo pra quem estudou. Tem um monte de gente daqui da roça que estão aí, na cidade, Belo Horizonte, não sei mais onde. Terminou de estudar e tudo. Mas uma hora fica desempregado ou não consegue um contrato garantido. (LEITE, 2015, p. 609).*

No referido conjunto de transformações das condições de reprodução social experimentadas pelos camponeses da região, orientada pela necessidade paulatina de obter recursos monetários para sobreviver, a escolarização irrompe como uma alternativa para facilitar a obtenção de trabalho, sem embargo, “*difícil de arrumar mesmo para quem estudou*” (LEITE, 2015, p. 599). Entre necessidade e possibilidade, alguns efeitos atravessariam a estratégia mobilizada, entre os quais seria referida como um problema a sucessão

geracional na condução da unidade familiar. Lina Lúcia, 56 anos, moradora da Vargem de João Alves, localizada no município de Araçuaí, traçou uma conexão bem direta entre estudo, trabalho assalariado e sucessão:

*Porque os jovens... Com os jovens num é fácil, né? Porque, hoje em dia, eles querem de tudo, mas num querem saber de trabalhar. E corte de cana só pra comprar aquelas motos, né? [...] Tem também muitos que preferem estudar, tem também... É importante, mas eles deixam rapidinho de querer 'pegar na enxada'. Jovem num quer mais saber do serviço de roça, não. Em lugar nenhum. (LEITE, 2015, p. 652).*

Abordando semelhantes aspectos da questão, todavia matizando-a um pouco mais, Marciano Soares fez seu destaque:

*Quem mais mexe aqui é o povo mais velho, porque o povo mais novo não tá querendo mexer com isso, não. Vai estudando e vai querendo pegar uma coisa mais maneira, viu? Ai eu acho que... Então o que é que... Por isso que eu fico preocupado com isso. Que esse povo novo tinha que ficar aqui, arrumar um jeito de aprender, de viver aqui ó. Hoje já tem jeito. Não precisa mais desse povo sair desse jeito que antes e passar trem ruim lá fora. Que eu já sai pra fora e sei que lá o negócio não é mole, não senhora. (LEITE, 2015, p. 596).*

Domingos Pereira dos Santos, 72 anos, morador da comunidade rural de Jabuticaba, localizada no município de Minas Novas, apontou a necessidade de adequar o processo de formação dos jovens, para estimulá-los a permanecer e trabalhar no campo:

*Falta muito o trabalho educativo nessa área. Tem que investir muito na capacitação desses jovens, desses meninos. E não só na capacitação teórica. Pra prática mesmo. Eu até achava que deveria, que o primeiro passo que tem que dar pra incentivar esse pessoal aí é fazer pequenos campos demonstrativos na área rural. Esse que é meu sonho. Escolher umas comunidades, começar a implantar uns pomares demonstrativos. Bota as comunidades pra trabalhar naquilo. Começar a levantar a mesma língua, de orientar e vir para as escolas com umas coisas dessas, porque os meninos tem que ser incentivados na escola a ficar na roça, e não a sair dela. Começar a formar o filho de agricultor, técnico agrícola. (LEITE, 2015, p. 576).*

Num contexto de profundas mudanças nas condições de reprodução social desse campesinato, marcadas pela necessidade crescente de renda monetária para a sobrevivência e, com ela, de trabalho assalariado, muitas vezes, de migração, como veremos, decorrente de restrições no acesso à terra ou da impossibilidade de sobreviver de seu cultivo, a escolarização assumia sentidos díspares para os lavradores. Estratégia de reprodução social com que os pais almejavam dar aos filhos condições de vida melhores que as que tiveram, poupando-os de relações por vezes não remuneradas ou assentadas em formas de violência ou humilhação, nem sempre a escolarização garantiria empregos, ainda que, ao contrário, se inserisse naquele conjunto de relações cuja natureza monetarizada exigia, em geral, ocupação profissional remunerada para viabilizar o custeio. Assim, em virtude da necessidade de migrar sazonalmente para trabalhar ou de obter emprego na zona urbana dos seus próprios municípios, bem como pela necessidade quase imperativa de ter de estudar fora das comunidades rurais – ocasionalmente desprovidas de unidades

de Ensino Fundamental II, muitas vezes de Ensino Médio e quase sempre de Ensino Superior –, a escolarização e a migração se articulariam uma com a outra, bem como a escolarização se articularia igualmente com a reconhecida abdicação do trabalho na roça como meio central de garantir a sobrevivência.

O raciocínio que admite a escolarização como uma estratégia que, em determinados casos, acaba por afastar os mais jovens da perspectiva de darem prosseguimento ao trabalho na roça se sustenta, porém, num ponto de vista bastante estreito sobre a chamada reprodução camponesa. Ao estudar as profundas mudanças que apontamos, percebemos que as novas condições de trabalho experimentadas por aqueles que se escolarizavam podem ser compreendidas em suas semelhanças com as alternativas de reprodução disponíveis para que os lavradores se mantivessem em suas unidades e comunidades rurais.

Entre as ditas alternativas estiveram a obtenção de rendimentos mediante o assalariamento temporário e a migração, predominantes no Vale do Jequitinhonha nomeadamente nos anos de 1960, 1970 e 1980, quando uma parte considerável de seu campesinato sobrevivera como ‘boia-fria’; mediante a generalização do acesso à aposentadoria rural e a implementação da Lei de Custeio da Seguridade Social, a partir da Constituição de 1988 (OLIVEIRA; AQUINO, 2017); e, finalmente, a viabilização da produção e/ou a obtenção direta de rendimentos mediante o acesso a inúmeras políticas públicas formuladas no séc. XXI, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), consideravelmente expandido e diversificado no ano de 2003; o Plano Safra, criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no âmbito dos seus programas Vida Digna no Campo (VDC) e Brasil Fome Zero (BFZ), também voltados ao fortalecimento da agricultura familiar;<sup>3</sup> a obrigatoriedade de execução de, no mínimo, 30% dos gastos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar; o Programa Bolsa Família (PBF), mecanismo condicional de transferência de recursos que influenciou decisivamente as condições de reprodução das mulheres no campo (REGO; PINZANI, 2013); e, ademais, a integração desses instrumentos, políticas e/ou investimentos na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT-MDA) para a criação dos Territórios da Cidadania,<sup>4</sup> a partir de 2008.

Por sua vez, as políticas fundiárias criadas em 1988, com a Constituição Federal, seriam essenciais para que essas políticas públicas de fato se constituíssem enquanto alternativas de reprodução, legitimando o reconhecimento e a demarcação de Terras Indígenas (TI), quilombos e territórios de diferentes populações tradicionais, parques, reservas, áreas de proteção ambiental, etc.<sup>5</sup> Essas iniciativas ultrapassariam o mero esforço de manutenção ou permanência dos lavradores, contribuindo mesmo para sua reterritorialização (HAESBAERT, 2004), já que as profundas mudanças nas suas condições de vida foram marcadas por processos de expropriação, os quais incluíam desde expulsões de agregados de antigas fazendas sertanejas, então destinadas exclusivamente à criação pecuária, até a implantação de monocultivos florestais pelas

chamadas companhias reflorestadoras, responsáveis por derrubar o cerrado nativo, cercar as terras devolutas secularmente apropriadas de modo comum e encurralar o campesinato nas piores (e ínfimas) terras, impondo-lhe a necessidade, mesmo que parcial, de buscar a sobrevivência fora, e não raro mediante assalariamento.

Apesar de terem marcado a construção da região, como visto, os móveis da seca, da pobreza, da fome e da doença seriam dissimulados, ainda que dessem causa à expulsão dos lavradores e à decorrente mudança de suas condições de reprodução social. Esses fatores apareciam ainda como justificativas para o intervencionismo estatal, com o suposto objetivo de corrigir desigualdades regionais, mas, dessa vez, igualmente dissimulando o papel do planejamento na elevação da renda fundiária e, conseqüentemente, no processo de expropriação.

Mais que uma sugestiva centralidade da mediação por políticas públicas (LEITE; KLUCK; PITTA, 2018), que poderia ser mobilizada ainda para explicar o avanço da escolarização entre os filhos de camponeses – com uma menção à institucionalização da Educação do Campo nos sistemas educacionais brasileiros, consolidada no Programa Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014), ou à interiorização que presidiu o alargamento das vagas no Ensino Superior, da implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) à criação de novas universidades, muitas delas organizadas num sistema *multicampi* (BRASIL, 2007) –, a possibilidade de aproximação entre as condições de reprodução e as alternativas para a manutenção dos lavradores em suas unidades e comunidades rurais revela, preponderantemente, certa separação entre a obtenção da sobrevivência e o dispêndio de trabalho na terra, mesmo para o campesinato que prosseguiu territorializado ou se reterritorializou. Manifestada já na migração temporária como ‘boias-frias’, que lhes permitia recriarem-se como camponeses (SILVA, M., 1999), essa separação tem sua forma na monetarização progressivamente imposta, a qual traduz a separação dos rendimentos provenientes da terra e do trabalho, articulando-os no mercado (LEITE, 2015). Muda, portanto, a relação entre reprodução familiar e emprego na terra. Trataremos agora de discutir detalhadamente esse processo, conceituado por Marx (1986) como autonomização, buscando desnudar mais profundamente a camada do que identificamos como a mudança nas condições de reprodução social do campesinato, atravessada pela expropriação, pela generalização da necessidade de obter rendimentos monetários e, novamente, pela escolarização.

### **Da migração à mobilidade do trabalho, da mobilidade do trabalho à escolarização**

Um caminho para apresentar a autonomização pode ser justamente o de alargar a discussão da migração até o problema conceitual da mobilidade do trabalho. Por um lado, podemos dizer que este último ultrapassa o âmbito dos deslocamentos espaciais, incluindo a fluidez exigida para a inserção dos trabalhadores no mercado, em interação com as suas características multidimensionais, que o sujeitam não



apenas à migração mas também a mudanças de emprego, de conteúdo da atividade produtiva, de horas trabalhadas, etc. Diz respeito, portanto, à certa adaptabilidade e indiferença às qualidades específicas do conteúdo do trabalho. Por outro, tal problema inclui a migração, mas para tomá-la em seu caráter historicamente específico, quer dizer, como resultante do processo que separou dos trabalhadores suas forças de trabalho, transformando-as em mercadorias, ou melhor, nas únicas mercadorias de que dispõem. Como resultante, portanto, não apenas da necessidade de que a força de trabalho tenha sua presença garantida no mercado mas, sobretudo, de que esteja disponível como, quando e onde (e o onde é decisivo quando se trata de abordar a migração) o processo de valorização do capital exigir (GAUDEMAR, 1977).

Esse processo, conceituado como mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977), corresponde historicamente àquele da assim chamada acumulação primitiva. Marx (1984) caracterizou-o como a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho, imposta com o início do desenvolvimento capitalista, mas sempre conservada e reproduzida em escala crescente. Ele acrescenta ainda que o processo de separação dos trabalhadores da propriedade das condições de seu trabalho transforma tanto os meios sociais de subsistência e de produção em capital como os produtores diretos em trabalhadores assalariados, para quem a capacidade de trabalho se transforma na única mercadoria de que dispõem, a qual eles devem alugar diariamente como meio de obter os recursos para reprodução de sua existência.

A mobilização do trabalho consiste, assim, no processo de formação dos indivíduos enquanto sujeitos livres e possuidores de suas forças de trabalho, na medida em que tanto os trabalhadores são livres para ir e vir como são livres dos meios de produção e de subsistência, restando-lhe como opção só a venda da sua força de trabalho, que eles livremente podem decidir onde fazer, não obstante este imperativo: ou a vendem, ou morrem. Daí deriva o caráter contraditório da liberdade burguesa, que tem de ser entendida como dupla liberdade ou liberdade de se deixar sujeitar pelo capital e de tornar-se a mercadoria que criará valor e produzirá, assim, o capital. Dizer que a liberdade possui um caráter contraditório requer considerar seus dois momentos como parte da mesma totalidade inculpada no processo de mobilização: a liberdade de escolher o seu trabalho e onde exercê-lo simultaneamente às exigências do capital e ao seu poder de despedir, em qualquer altura, um trabalhador ou transformar as condições em que ele exerce seu trabalho. Em ambos os casos, os trabalhadores têm que estar aptos para deslocamentos e/ou modificações do seu emprego, no limite, tão indiferentemente quanto o capital ao decidir onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro acaba por reforçar essa tendência, estimulando ainda mais a mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977).

A apreensão ampla do problema conceitual da mobilidade do trabalho incluiria, finalmente, a reiteração de que ele se refere ao trabalho em sua configuração histórica moderna, na condição de mercadoria força de trabalho, de modo a destacar, dentre as características exclusivas dessa mercadoria, a

capacidade do seu consumo produtivo em criar valor. Considerado o destaque à forma mercadoria, que caracteriza o trabalho em seu sentido historicamente específico, é necessário, todavia, dizer que o processo de valorização não se localiza no plano da circulação, pois aí a força de trabalho é trocada como qualquer outra mercadoria, e por ela paga-se o valor correspondente ao tempo necessário para sua reprodução. É no plano da produção que acontece o consumo produtivo da força de trabalho: produzindo outras mercadorias, ela cria um (novo) valor, que ultrapassa o custo da sua reprodução. A mais-valia consiste justamente nessa diferença entre o valor da força de trabalho, pago na forma de salário, e o valor que seu consumo produtivo cria (MARX, 1983).

Com essa síntese do processo de constituição da mobilidade, de algumas de suas dimensões e do seu sentido, esgotamos os elementos mais básicos da questão. Não obstante, para além da sua produção enquanto mercadoria, sua necessária presença no mercado e sua característica adaptabilidade, a investigação sobre a mobilização da força de trabalho no processo de valorização do capital pode incluir um olhar sobre os aspectos que fazem dela um processo continuado, que não se completa com a acumulação primitiva. Inclusive porque, uma vez que a mobilidade exige adaptabilidade e as necessidades da produção mercantil mudam, a força de trabalho tem de seguir em processo assíduo de mobilização. Esse processo incluiria todas as formas de restrição à vagabundagem (MARX, 1984), a mobilização para a guerra (KURZ, 2014), o amplo espectro das dimensões de docilização dos corpos, até mesmo o surgimento dos manicômios, das prisões e da sexualidade (FOUCAULT, 1978, 1987, 1988), a gestação da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1980), bem como a escolarização.

Desde essa perspectiva, a escola compõe um conjunto de instituições colocadas em marcha com o objetivo de mobilizar os trabalhadores. Objetivo cuja concretização pode ser interpretada ao menos por duas perspectivas: pelo processo de aprendizagem de um ofício e pela iniciação à disciplina social (GAUDEMAR, 1981). Já em Smith (1988), aquelas duas perspectivas aparecem como um embate entre posições conservadoras e liberais. O autor critica o sistema escolar de obediência e deferência aos mestres, preconizando uma escola voltada à preparação para os ofícios, enquanto aponta, no discurso conservador, o elogio primordial da moralização e do controle, além da interiorização pelas camadas populares das normas burguesas. Mas, de fato, a formação profissionalizante permanecerá, no continente europeu, por boa parte do século XIX, ainda como uma exceção.

Na França, são as leis da Terceira República (1870-1940) que instauram primeiro o ensino público e obrigatório, ainda de caráter primário, entre 1881 e 1882, de maneira bastante desvinculada de processos mais diretos de mobilização, por mais que o ocorrido interfira na presença das crianças nas fábricas. Até a Segunda Guerra Mundial, o ensino público preserva esse caráter, para só posteriormente ser a ele unificada a secundarização e a orientação profissional, do ponto de vista de uma gestão futura das forças de trabalho. Para Gaudemar (1981), contudo, progressivamente, a escola já ia servindo como uma espécie de

instrumento de urbanização, não só porque os institutos e as universidades ficavam nas cidades mas também em virtude de a instituição escolar ensinar valores urbanos, como o trabalho assalariado, até se constituir plenamente como a antecâmara deste último. Especialmente quando passa a atender à necessidade de qualificação e/ou diferenciação hierárquica das forças de trabalho, com a institucionalização definitiva do ensino voltado para as competências técnicas, condição necessária ao abastecimento do mercado e ao seu equilíbrio.

No Brasil, o Estado também atuaria na criação de escolas e outras instituições disciplinares, cuja finalidade era a de controlar, higienizar e moralizar trabalhadores e seus filhos, consideradas as particularidades no processo nacional de generalização do assalariamento, mesmo depois do fim do trabalho escravo, na segunda metade do séc. XIX. Merece destaque, inclusive, o fato de os brasileiros identificados como negros ou mestiços terem sido preteridos em favor dos imigrantes brancos, no que tange à sua subordinação ao trabalho fabril nascente, em virtude dos preconceitos raciais. Nesse processo, a educação vai comungar da função, atribuída às instituições de assistência, de solucionar o problema da chamada horda de vadios e desocupados, a partir de uma atuação de cunho mesológico, que acreditava poder influir no aperfeiçoamento do povo de modo a sobrepujar fatores raciais (CARVALHO, M., 1989).

Após a instauração da República no país, elevam-se os investimentos em educação pública, ainda que uma mudança substancial só aconteça a partir de 1930. Bem como na França, eles serão feitos também nas cidades, independentemente de a maior parte da população viver na zona rural, o que, por si, dizia também sobre a inacessibilidade do acesso à escolarização. A instituição guardará o emblemático papel de representante da nova ordem ligada ao trabalho livre e ao desenvolvimento da sociedade. Até a década de 1920, sem embargo, seria privilegiada quase que somente a criação de uma estrutura central para controle da instrução pública, além da implantação de alguns poucos grupos escolares monumentais e centrais, de maneira afinada com as políticas de higienização urbana e na condição de verdadeiras vitrines da promoção do progresso (ARROYO, 1985), que se diferenciavam bastante das instituições de proteção aos desamparados e dos primeiros institutos profissionalizantes, que abrangiam a população pobre (RAGO, 1995).

O final dos anos de 1920 seria marcado por reformas na educação pública, nos mais diversos estados brasileiros. Entre as características mais ou menos comuns às reformas, estavam a perspectiva de que a educação pública se assentava em questões técnico-pedagógicas e o destaque a uma suposta tarefa social da escola, a qual, entretanto, não coincidia com a alfabetização, tratada como panaceia e afastada, por temor a seus impactos, pelas classes dominantes e por seus representantes no Estado (CATINI, 2013). Com influências do sistema estadunidense, as reformas pregavam a preparação da criança para a atividade prática, o empreendimento e o trabalho. No repertório de Anísio Teixeira, muito notório entre os reformadores, o ideal de democratização aparece relacionado com este horizonte de oferecimento de uma

educação igual para todos, destinada ao trabalho, que permitisse posterior distinção por ocupações a partir do mérito individual (CATINI, 2013). Sistemáticamente rechaçada como uma arma, a instrução pura e simples dava lugar a um horizonte de ação escolar disciplinar de todo um modo de vida, baseado no trabalho assalariado, como deixa transparecer o Manifesto dos Pioneiros da Educação, lançado em 1932. Numa síntese importante, Catini (2013) sugere que o Estado teria feito valer o predomínio da forma sobre a formação, fazendo da escola um momento sobretudo de conformação dos trabalhadores, sem que eles tivessem a possibilidade do aprendizado: primeiro a educação se separaria do trabalho, como sua antecâmara, depois, o próprio aprendizado seria dissociado da forma escolar, sobreposta ao conteúdo, decisiva pela socialização que promove, e não pelo letramento, entre outros ensinamentos.

Sem dúvida, essa minúscula referência à história da escola diz respeito àquelas instituições voltadas para as classes populares: trabalhadores e futuros trabalhadores.

### **Vale do Jequitinhonha: o surgimento da Região anuncia o fim dos camponeses regionais**

Como mencionamos anteriormente, as muitas mazelas pelas quais o Vale do Jequitinhonha ficou conhecido apareciam como justificativas para a intensificada migração, temporária ou não, assim como para o ingresso, nas relações assalariadas, de parte considerável daquele campesinato, na condição de ‘boias-frias’. Apareciam como justificativas também para o intervencionismo estatal, com o suposto objetivo de corrigir desigualdades, dissimulando o papel do planejamento no desencadeamento das muitas transformações que deram corpo à ascensão de tantas mazelas.

Essa questão pode ser dividida ao menos em outras duas, a serem tratadas subsequentemente. Em primeiro lugar, está a intervenção estatal, que, neste caso, correspondeu à própria definição do Vale do Jequitinhonha como uma região, a partir da instituição da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), mediante a apresentação de uma Emenda Constitucional na Assembleia Legislativa, em 1964. Apesar de ter sido bastante criticada por sua ineficiência, além de sistematicamente apontada a sua carência de recursos (SILVA, D., 2007; SERVILHA, 20120), mostramos como a Codevale operou uma articulação decisiva para a chegada das chamadas companhias reflorestadoras no Vale do Jequitinhonha e para o estabelecimento dos convênios responsáveis pela eletrificação de parte importante dos municípios e pela pavimentação das principais rodovias que alimentavam a região, o que exerceu impacto sobre a sua integração ao processo de expansão da renda fundiária, então em curso no país (LEITE, 2015).

Por isso, a primeira a ser considerada, de fato, uma experiência de planejamento consiste na criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, um dentre outros delimitados pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) em 1975. Enquanto a atuação da Codevale pode ser pensada a partir de certa apropriação da região pelas oligarquias locais, inclusive pela perspectiva da realização de políticas que valorizaram as

próprias fazendas que eram de sua propriedade, a implantação do Distrito Florestal veio para subordinar aquela dinâmica coronelista de acumulação do capital em favor de outra, monopolista, ligada a empresas nacionais e internacionais, cujas relações orientavam-se pelo assalariamento, pela consolidação cartorial da propriedade e pela mediação com o capital financeiro. O que se fez ante a cessão de terras tomadas por devolutas, os incentivos fiscais e o crédito subsidiado, ou seja, um verdadeiro financiamento estatal da superação das relações regionais de produção (OLIVEIRA, 1977).

O mesmo se faria em favor da consolidação nacional do território, ultrapassando-se e esgarçando-se antigas barreiras regionais – para não dizer fronteiras – de circulação dos trabalhadores, do comércio de terras, da mobilização das poupanças. O processo que conformará um mercado nacional de trabalho, outro de terra e outro de capitais, todos paralelos, é precisamente aquele que pode ser chamado de autonomização. E ocorreria, como não poderia deixar de ser, com base na expropriação do povo de sua base fundiária (MARX, 1984) e em sua transformação naquele tipo de trabalhador duplamente livre, cuja mobilidade se fez, como vimos, pelo engajamento nas relações salariais, na migração, temporária ou não, na metropolização de algumas das cidades brasileiras e também pela escolarização de quem perdeu as terras e foi para a cidade, de quem seguiu no campo, mas teve suas condições de vida transformadas, tendo de buscar renda monetária inclusive na cidade, de quem assumiu essa estratégia para dar aos filhos condições diferentes das que tiveram, para que estes pudessem, por sua vez, contribuir com a reprodução dos pais.

Apesar das semelhanças, tomar esse caso como a ocorrência de um processo de acumulação primitiva nos exigiria, entretanto, investigar as relações vigentes antes da intervenção estatal e da chegada das ditas empresas em discussão. E essa é a questão que vem em segundo lugar. Justamente porque, apesar da transformação abrupta que até agora consideramos, as relações que a antecederam estavam sendo gestadas desde o período colonial, ou seja, derivavam elas próprias da acumulação primitiva de alguns dos países europeus que exerceram essa forma de dominação e conformaram o mercado mundial (NOVAIS, 1979; PRADO JR., 1979). Quando dissemos, portanto, que a ruptura ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970 engendrou nova dinâmica de acumulação, de padrão monopolista, deixamos implícito que, antes da sua implantação, o que existia também era um padrão de acumulação de capital; regional, como sugerimos, mas de acumulação.

E, ao nos referirmos a um padrão de acumulação de capital regional, é necessário diferenciar o sentido que aqui atribuímos ao conceito de região daquele relativo ao planejamento regional, ainda que ambos guardem relação. Como afirmamos, do ponto de vista da delimitação política de um conjunto de municípios e/ou estados objetos de intervenção, a região é um produto do planejamento. Há, todavia, uma leitura feita pelo Estado, capturado pelo capital monopolista, como argumenta Oliveira (1977), quando identifica áreas cujos desequilíbrios regionais, assim como a miséria, o atraso, o arcaísmo ou a falta de desenvolvimento, devem ser combatidos. E essa leitura é sobre a vigência de outro padrão de acumulação,

díspar, de caráter oligárquico e ainda não submetido ao processo de monopolização em curso. Tal padrão de acumulação e o conjunto de relações sociais de produção que o reproduzem também podem ser pensados como regionais, mas não no sentido de uma delimitação. São regionais por caracterizarem-se por certa forma de mobilidade, para a qual a dimensão política exerce o papel necessário de provocar um fechamento territorial que garante que ela se reproduza (OLIVEIRA, 1977).

Traduzir essa forma de pensar para a interpretação da modernização do Vale do Jequitinhonha exige-nos falar da fazenda pecuária, também ela carente de delimitações precisas, antes de tudo, uma relação que consistia na sua expansão sobre as terras de fronteira, mas já abertas por posseiros responsáveis por seu desmate, sua destoca, sua drenagem, pela abertura de caminhos, carreadores, às vezes, pela construção de casas, pela produção das primeiras roças, etc. Com a soltura do gado para comer a roça do posseiro, não só a terra acaba por ser apropriada, mas também o próprio posseiro, incorporado como agregado da fazenda. Essa se reproduz, portanto, a partir do trabalho presente dos seus agregados, os quais supostamente trabalham em troca do acesso à terra para a produção de suas roças de subsistência, e também a partir do trabalho pretérito dos posseiros, que terminam como agregados. Aqueles que não se submetem à fazenda são obrigados a seguir adiante na fronteira, até que sejam alcançados outra vez. Na fazenda, eles não tinham trabalho fixo, empregando-se especialmente nas épocas de renovação de pastos, consertando cercas ou trabalhando nas casas de família, no caso das mulheres. Também não possuíam remuneração, podendo receber leite, fubá, para além do usufruto da meia ou, às vezes, da terça parte de suas roças, segundo a vontade do patrão. O conjunto da relação, na verdade, exercia-se segundo a vontade do patrão. Apesar de contratualmente a agregação aparecer como uma espécie de favor que se pede a um proprietário para estabelecer morada ou plantar lavouras, em função da forma da relação descrita, apresentamo-la como favor imposto (LEITE, 2015; de maneira diferente, também em MOURA, 1988).

Nesse contexto, e ao longo das transformações da referida forma de reprodução das relações de produção, a escola também teve lugar, embora nas memórias dos nossos interlocutores ela geralmente apareça associada à derrocada daquela, como procuramos demonstrar. Numa leitura construída a partir de pesquisas noutras áreas rurais, nas quais, todavia, a tensão entre frente de expansão e frente pioneira igualmente estava em curso, José de Souza Martins (1975) comenta sobre a esporádica presença da escola, na verdade, de uma professora, em geral, nas fazendas coronelistas, sempre ao gosto do patrão, como tudo. Obrigação, dentre outras, quando a rejeição dos trabalhadores pela escola era vencida, justificada pelo adestramento que ela proporcionava. O autor comenta também da necessidade de pensar na reprodução familiar de fronteira a partir de uma dinâmica em que a aprendizagem das diversas atividades que envolvem a subsistência seja realizada pela socialização direta entre mais jovens e adultos, enquanto trabalham como seus ajudantes, inclusive. No processo em que o trabalho viria ganhando roupagem alienada, qual seja, a

autonomização, nos termos em que estamos tematizando a questão, a escola passa a ser admitida, sobretudo, no desvendamento dos segredos dos códigos e linguagem urbanos (MARTINS, J., 1975).

Posteriormente, aconteceria o desenvolvimento das comunidades rurais, enquanto centros dinâmicos da sociabilidade exteriores à vida da fazenda, já num momento em que os contratos de agregação vão sendo progressivamente substituídos pela transformação das fazendas exclusivamente em pastagens, com o processo de expansão da renda fundiária. Nessas circunstâncias, algumas vezes o agregado é indenizado com uma casa na ‘rua’, conforme uma expressão comum que revela ao menos duas coisas: que a casa pode até possuir quintal, mas dificilmente terá roça; que uma dimensão do espaço público bem diferente de qualquer outra existente na fazenda está se formando.<sup>6</sup> Outras vezes, é simplesmente tratado como um empregado cujos serviços não são mais necessários, dissimulando-se que o próprio vínculo entre coronel e agregado, a condição de mobilização do trabalho deste último, passava necessariamente pelo acesso à terra, nesse caso, de forma dominada. Inclusive porque a fronteira aberta permitiria ao posseiro trabalhar antes para si mesmo que para o proprietário fundiário, que procurava se impor.

Essas comunidades têm histórias particulares de consolidação, para além do agrupamento de diversas casas na ‘rua’. Grande parte das comunidades por nós visitadas (LEITE, 2015) constituíram-se a partir da atuação da Igreja Católica, muitas das quais a partir da construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Agentes religiosos atuaram constantemente como alfabetizadores populares e educadores na zona rural do Vale do Jequitinhonha. Também a atuação do Projeto Rondon, guardadas as diferenças com respeito à atuação da Igreja, é sempre apontada nesse mesmo contexto (FIGUEIREDO, 1981). Inclusive desempenhando um papel de organização da comunidade, de serviço social de grupo, de educação sanitária, de extensão agrícola etc., como aquele feito também pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) durante os anos de 1952 e 1963, nas missões rurais sob sua alçada (BARREIRO, 2006).

Outro aspecto do problema que falta analisarmos é o sentido cumprido pela violência intrínseca à forma regional de reprodução das relações de produção e, com ela, pela mobilização do trabalho. Conforme mencionado, uma das dimensões decisivas na caracterização das regiões é a política. Por se tratar de coronelismo e de dominação oligárquica (DANTAS, 1987; LEAL, 1976), a ideia de uma dimensão política que fecha a região poderia parecer dirigida a identificar o voto de cabresto. Na verdade, ela se refere a outro processo, mas que tem semelhança com este último. Para entender essa relação, é necessário deslocar a conhecida noção de curral, usada, em geral, na definição de um sistema eleitoral, para problematizar a mobilização do trabalho. Tal fechamento da região (OLIVEIRA, 1977) era presidido pela subordinação dos posseiros na fronteira, mediante violência direta e aliciamento, e pelo autoritarismo que caracterizava as condições de trabalho e/ou acesso à terra, cujo sentido de propriedade, ou melhor, de domínio, explicava-se menos formalmente que pelo seu exercício direto. Os trabalhadores, assim, terminavam centripetamente dirigidos à região, como nos permite notar a inexistência de um mercado de trabalho unificado no país, que

só se constituirá depois, com a consolidação das leis trabalhistas e o estabelecimento do salário mínimo. Isso não significa, contudo, que não existiam apelos à migração inter-regional, expressos, por exemplo, na mobilização de instituições regionais para tentar impedi-la: em Diamantina, o bispado se encarregava de realizar sermões denunciando os agenciadores de mão de obra como incautos cujas promessas falhavam, além de levarem a degeneração material e moral para as famílias durante a prolongada ausência de seus chefes (FIGUEIREDO; FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2010). Da sua maneira, mecanismos como esse também participavam da definição do caráter de curral que procuramos ressaltar.

Igualmente, sugerimos estarem atrelados trabalho e terra na forma de reprodução investigada, assim também se encontravam terra e capital, inclusive personificados, ambos, pela figura do coronel. Este, entretanto, dependia do acesso ao exercício da violência direta, para que terra, capital e trabalho se engajassem num processo de valorização. Violência que na sociedade moderna se constitui, a não ser em casos excepcionais, como monopólio de Estado, mas cujo acesso por particulares, naquele contexto, era assegurado pelas patentes da Guarda Nacional, que viabilizavam ao Estado o cumprimento do seu papel no processo de modernização, apesar da sua insuficiente instrumentalização (FAORO, 2001).

Esse vínculo entre exercício de Estado e atuação das classes dominantes, ou melhor, a personificação pelas classes dominantes de algumas funções de Estado, não ficaria restrito ao exercício da violência, e um importante âmbito para pensar no problema se refere precisamente à formação dos quadros políticos e técnicos que viriam a possibilitar a institucionalização da máquina pública. Uma análise bastante frequente assinala que a importância do bacharel teria se consolidado simultaneamente à progressiva instituição do Estado como âmbito mediador dos conflitos existentes internamente às chamadas classes dominantes. Segundo essa perspectiva, a gradual extinção do escravismo marcaria a emergência de um conjunto de questões cuja forma de resolução não podia ficar completamente restrita aos interesses regionais (ALENCASTRO, 2000). O processo demandaria a institucionalização de uma burocracia, que, por fim, passaria a se reproduzir internamente, com a implantação de cursos superiores no país, enquanto se tornava uma opção de reprodução para as classes dominantes, sobretudo em função da ampliação da demanda por funcionários, que começava a exceder o estreito círculo que anteriormente conseguia se formar nas universidades estrangeiras (ADORNO, 1988). Nesse contexto, as faculdades de direito tomariam a dianteira, por conduzirem um processo de identificação com o Estado, promovendo uma espécie de homogeneização ideológica capaz de conter o aprofundamento dos conflitos mencionados (ADORNO, 1988; CARVALHO, 2005). A constituição de instituições que internalizariam a formação dos bacharéis, primeiramente restrita às universidades europeias, ocorreria, por sua vez, como iniciativa levada a cabo em detrimento de qualquer benefício para a instrução da massa populacional.

O processo culminaria em uma espécie de parricídio do patriarca representante da iniciativa privada pela espada de seus ilustrados filhos. Estes últimos, primeiro tornavam-se absenteístas e urbanizavam seus



hábitos, comportando-se como rentistas cercados por administradores, para, posteriormente, quando o bacharelismo mais primevo deu lugar à tecnificação e à especialização do saber, nas universidades, integrarem o Estado na posição da sua tecnocracia modernizadora (MARTINS, L., 2008; FREYRE, 1961).

Esse elemento que destacamos é bem importante, porque, em geral, sobre as intervenções modernizadoras, como aquelas ocorridas no Vale do Jequitinhonha entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente, diz-se que elas vêm de fora da região, desde o Estado. Contudo, desse ponto de vista, o próprio Estado vai sendo gestado no seio da reprodução familiar regional das classes dominantes: suas condições de existência, entre as quais seus quadros. E, além disso, por sua vez, é também no seio da reprodução do pensamento conservador das oligarquias que desponta a orientação parricidamente modernizadora.

O séc. XIX esteve cheio de figuras de trajetória parricida, sendo João Pinheiro provavelmente uma das mais ilustres em Minas Gerais. Além de haver promovido um conjunto de medidas estruturais e setoriais para a modernização da agricultura, as quais envolveram o incentivo à racionalização do uso da terra, à tecnificação dos processos, tocando, inclusive, na questão do abastecimento de trabalhadores via imigração como resposta à falta de braços para a lavoura após o término do escravismo, na condição de presidente do estado, ele primou por aprovisionar Minas Gerais de uma burocracia cuja competência se respaldasse na técnica e procurou estimular o seu desenvolvimento empreendendo a primeira grande reforma do ensino no estado, criando um sistema de educação técnica e fundando o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGB-MG), entre outras iniciativas. Assim como João Pinheiro, um egresso do Largo de São Francisco, onde ambos se bacharelaram em direito, e partícipe da Constituinte de 1891, quando atuaram como deputados, Francisco Badaró, filho destacado de uma das mais influentes oligarquias regionais do que viria a se definir como Vale do Jequitinhonha, não seguiria trajetória semelhante à do colega, adotando progressivamente uma posição conservadora com referência aos caminhos apontados com a modernização econômica e institucional. Ironicamente, mais de meio século depois, em 1964, um de seus netos, Murilo Badaró, formularia a proposta de Emenda que criou a Codevale e o conjunto de políticas que patrocinaria a superação da forma de reprodução daquelas relações regionais em que as oligarquias se assentavam. Também ironicamente, depois de 1965, com a instauração do regime ditatorial civil-militar no país, Murilo tornou-se membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido apoiador do regime.

O importante consiste em perceber na escolarização dos próprios filhos da classe dominante agrária o “cavalo de Tróia” que desestruturaria seu reino conservador (CARVALHO, J., 2005). E que aquele “cavalo de Tróia” não se restringiria aos ecos progressistas que a oligarquia rural permitiu virem à tona. Correspondia, mais que isso, a uma mudança profunda nas condições de acesso ao poder político e de reprodução das classes dominantes, que evidenciava, com a emergência da escolarização e a institucionalização da burocracia, o próprio processo de autonomização do Estado. Para usar os termos de

Freyre (1961), o advento do “homem fino da cidade” e o seu ingresso nos cargos públicos, ou seja, a constituição de uma “aristocracia da toga”, composta de brasileiros natos, teriam sido os responsáveis por enfraquecer a antiga mística do velho capitão-mor. Os bacharéis personificavam o processo de urbanização e burocratização da antiga sociedade rural, escravagista e patriarcal, assim como o processo parcial de democratização do seu poder político. Mais que uma ruptura, o que estava em jogo, entretanto, era uma acomodação daquelas novas figuras na ordem instaurada, ao passo que sua emergência parecia indicar, simultaneamente, uma transformação interna daquela mesma ordem.

### Considerações finais

As mudanças ocorridas nas condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha e, como vimos, no conjunto que se estabelecera como uma forma de reprodução de relações regionais de produção, intensificariam tanto migração como escolarização, enquanto momentos da mobilização do trabalho em processo de autonomização. Muitos camponeses perderam as suas terras inteiras, outros ficaram confinados às piores terras ou às de tamanho insuficiente para o sustento familiar. Esse quadro já bastaria para arremessá-los num mundo em que o mercado assumiu uma mediação preponderante como nunca anteriormente, agravado ainda pelo desmonte da dominação coronelista exercida pela fazenda, que participava, com sua lógica de favor imposto, na reprodução camponesa. Esse processo, todavia, insere-se noutro maior, apenas à luz do qual podemos alcançar o sentido: a reprodução do conjunto dos trabalhadores passava progressivamente a depender de produtos industrializados, produzidos nacional ou internacionalmente, do que decorria a já referida urbanização dos hábitos, criando uma estrutural “deterioração dos termos de troca” dos produtos agrícolas aportados pelo campesinato no mercado. Num caderno de campo antigo, elaborado em 2006, encontramos anotada a seguinte frase, ouvida da boca de um lavrador que, semanalmente, aos sábados, vendia na feira do município Araçuaí: “*A senhora imagina quantos sacos de farinha eu preciso vender pra comprar um televisor? E pra vender um saco de farinha eu tenho de preparar a terra, plantar a mandioca, capinar, colher, fazer a farinha e trazer na feira [...]*”.

Assim, é necessário evitar qualquer individualismo metodológico para explicar por que esse ou aquele lavrador migrou para São Paulo, empregou-se na cidade ou na reflorestadora. O conjunto das expropriações ocorridas envolveu a todos, mesmo que diferentemente. Isso se revela inclusive no fato de os camponeses que aparentemente sobrevivem da sua lavoura também dependerem do Estado, somando, para a sua sobrevivência, rendimentos como a aposentaria ou provenientes de outros projetos e benefícios. E que isso não sirva como indício de qualquer assistencialismo governamental exacerbado, como atualmente os autoconclamados liberais pretendem desmascarar. A dependência existente com relação ao Estado abrange hoje o conjunto da reprodução capitalista em sua crise fundamental (KURZ, 2014), a exemplo do papel assumido pela dívida pública ou pela rolagem sistemática de dívidas das empresas em

crescimento. Sugerimos, inclusive, retomando o caminho da autonomização do Estado desde a reprodução das próprias oligarquias regionais, que aquele momento da reprodução camponesa ligado à fazenda, obviamente não de maneira idêntica, aparece agora necessariamente entremeado ao Estado e ao processo de endividamento estrutural da sociedade (KURZ, 2014; OLIVEIRA, 1998).

Como apareceu nas narrativas dos lavradores, a escolarização como estratégia de colocação no processo de mobilização do trabalho também demanda recursos monetários e mobiliza o trabalho. Mas o que dizer dos filhos de lavradores que se mudaram para a cidade para estudar ou para trabalhar, a fim de conseguirem os recursos necessários para custear seus estudos? Que eles, em geral, enviam remessas para os pais, participando também da reprodução camponesa? Por um lado, há que se retomar Martins (1991), quando oportunamente questiona a ideia de migração definitiva da perspectiva sociológica, lembrando que muitos trabalhadores emigrados voltam uma vez por ano às suas comunidades rurais de origem, para participarem dos festejos dos padroeiros, mas depois disso retornam para onde estavam. Enquanto outros nem para isso voltam, pois substituíram o tempo cíclico da colheita das lavouras pelo descanso semanal remunerado, pelo futebol de final de semana, pelos programas de televisão. Mas sonham em se aposentar e retornar para a roça.

Por outro, cumpre considerar, a partir de situações das mais comuns encontradas nas investigações de campo, que muitos jovens estudaram para técnico agrícola ou outras profissões próximas, como desejavam seus pais, postura reivindicada por falas como a de Marciano Soares e Domingos Pereira dos Santos, mas não voltaram a ser agricultores. Ironicamente, participam agora daquela tecnocracia de Estado, trabalhando em órgãos públicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), entre outros, prestando assistência técnica para agricultores. Talvez esse seja o sentido mais claro de algo que se pode chamar de democratização da educação no país, sobretudo do Ensino Superior. Nesses órgãos ou em Organizações não Governamentais (ONG), também realizam projetos, captam recursos e desenvolvem o conjunto de possibilidades para a reprodução camponesa com que nos deparamos em campo, visitando seus familiares.

Considerados esses dois lados da questão, talvez o mais decisivo seja, contudo, reafirmar o comentário afiado de José Maria dos Santos, quando diz que mesmo a escolarização não é mais garantia de um trabalho melhor ou de qualquer estabilidade no acesso ao trabalho. E que os piores trabalhos, não importa se para quem estudou ou não, também estão ficando mais difíceis de obter hoje em dia. Isso para prosseguirmos refletindo não somente sobre a relação em pauta, entre migração e escolarização, mas tendo em vista os rumos progressivamente críticos e até bárbaros assumidos pela contemporânea mobilidade do trabalho em crise.

## Notas

<sup>1</sup> As narrativas produzidas em campo, em levantamentos realizados entre 2004 e 2014, foram transpostas para este artigo com forma idêntica à que receberam para sua publicação em Leite (2015), adotada, por isso, como referência para as citações feitas aqui. O recurso utilizado então para diferenciá-las da redação da autora, já que correram imiscuídas pelo artigo, consistiu no seu destaque em itálico, de modo igual a como aparecem agora.

<sup>2</sup> Outros autores se depararam com elementos semelhantes aos destacados aqui, como evidencia a fala de Dona Letícia, da comunidade de Banco Setúbal, município de Araçuaí: “Vamos supor antes de trabalhar na osina não dava pra comprar uma sandalha pros meninos ir pra escola, né, que tudo é comprado, né. Cuía pouquinho mantimento, e as outras coisas que faltar, vamos supor vestir uma criança, comprar um remédio, não tinha jeito [*sic*]” (MAIA, 2004, 109).

<sup>3</sup> Entre os instrumentos constantes do Plano Safra se encontram o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); o Programa Garantia Safra; o PAA Compra Antecipada, cujo objetivo era funcionar como um Pronaf não bancarizado; o aumento de 50% nos limites de financiamento para o investimento em máquinas e equipamentos agrícolas e Turismo Rural; a criação de linha de crédito voltada à implantação de serviços agropecuários e não agropecuários coletivos (agroindústrias familiares, artesanato, turismo e lazer rural); o surgimento de um novo marco legal de operacionalização do cooperativismo, etc. (BIANCHINI, 2015).

<sup>4</sup> Esses territórios reuniriam municípios com até 50 mil habitantes e densidade populacional menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup>, organizados em territórios rurais de identidade integrados aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI) (BRASIL, 2008).

<sup>5</sup> As TIs são de ocupação tradicional indígena reconhecida pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1974) e pelo Decreto nº 1.775/1996. Compete à Fundação Nacional do Índio (Funai) a identificação e a demarcação dessas terras, que são bens da União, destinadas à posse permanente das comunidades indígenas. Os quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Eles expressam a resistência a diferentes formas de dominação, antes e depois da Abolição, e a sua regularização fundiária está garantida pela CF/1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. As UCs são espaços especialmente protegidos previstos no artigo 225, § 1º, III, da CF/1988, que constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulado pela Lei Federal nº 9.985/2000, pelo Decreto nº 4.340/2002 e por leis estaduais equivalentes.

<sup>6</sup> O aparecimento conjunto dos termos ‘rua’, ‘roça’ e ‘quintal’ permite precisar seu sentido nativo, melhor evidenciado na relação entre eles. A ‘rua’ se estabelece por oposição à ‘roça’, quando o sentido dessa não está restrito à lavoura, indicando, mais que isso, o conjunto de condições de reprodução social rurais. A indenização à expropriação com uma casa na ‘rua’ representa a perda desse conjunto de condições. Ainda que o indenizado não fique sem casa, pois termina ganhando uma na ‘rua’, a morada significava muito mais, como o texto procurou demonstrar. Por isso é que nessa casa na ‘rua’ o indenizado pode até ter ‘quintal’, ou seja, ter algum pedaço de terra para cultivar alimentos (em função do tamanho restrito dos ‘quintais’, em geral, apenas hortaliças e verduras), mas dificilmente terá roça (tanto o cultivo da chamada lavoura branca: feijão, milho e mandioca, voltada para a subsistência, para o comércio e para obtenção de recursos financeiros, a fim de consumir o que não se produz diretamente, como aquele conjunto de condições de reprodução social possíveis pela articulação entre produção da subsistência, comércio e outras dimensões da relação exploradas no artigo).

## Referências

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. 1.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v. 1.

ARROYO, Miguel G. **Mestre, Educador, Trabalhador: organização do trabalho e profissionalização**. 1985. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 1985.

BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos: educação rural no Brasil – anos cinquenta. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, São Paulo, v. 32, p. 123-142, 2006. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://bit.ly/3m1Gt1m>. Acesso em: 31 de jul. 2019.

BIANCHINI, Valter. **Pronaf 20 anos**. 20 anos do Pronaf, 1995-2015, Avanços e desafios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial na União**: Brasília DF, Seção 1, p. 13177, 19 dez. 1973.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. **Diário Oficial na União**: Brasília DF, Seção 1, p. 1, 5 out. 1988.

BRASIL. Legislação. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, 1996. **Diário Oficial na União**: Brasília DF, Seção 1, p. 265, 9 jan. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Portaria nº 552, de 25 de julho de 2007**. Dispõe as Diretrizes Gerais de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/33jMK02>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3k7BZVn>. Acesso em: 31 de jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial na União**: Brasília DF, Seção 1, p. 1, 26 jun. 2014.

CARVALHO, José Murilo. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. *In*: CARVALHO, José Murilo. **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. v. 1.

CARVALHO, Marta M. Chagas. **A Escola e a República**. 1. ed. São Paulo – SP: Brasiliense. Coleção Tudo é História, 1989. v. 1.

CATINI, Carolina de R. **A escola como forma social**: um estudo do modo de educar capitalista. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. 1. ed. Aracajú: UFS, 1987. v. 1.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001. v. 1.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo (org.); FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da. **A terra, o pão, a justiça social**: a importante participação da igreja nas políticas públicas do Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Fumarc, 2010. v. 1.

FIGUEIREDO, Carlos. **Me ajude a levantar**: depoimento de Maria Lira, uma mulher do Jequitinhonha. 4. ed. Belo Horizonte: Pedra Verde, 1981. v. 1.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1977. v. 1.

- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **La movilización general**. 1. ed. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1981. v. 1.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 1.
- KURZ Robert. **Dinheiro sem valor**. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014. v. 1.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo o Brasil. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. v. 1.
- LEFREBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1980. v. 1.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. 799 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Erick G. J.; PITTA, Fábio T. Mudanças na forma de reprodução camponesa e em suas relações com o Estado. **Revista de Geografia**, Recife, v. 35, n. 1, p. 247-267, 2018. ISSN 0104-5490. Disponível em: <https://bit.ly/3bG1Ss4>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- MAIA, Cláudia M. de J. **“Lugar” e “trecho”**: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. 2004. 176 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.
- MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. 1. ed. São Paulo: 1975. v. 1.
- MARTINS, José de S. Migrações temporárias: problema para quem? *In*: FACCIOLI, I. et al. (org.). **Migrantes temporários, peregrinos da resistência**. São Paulo: Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), 1991, p. 27-32.
- MARTINS, Luiz. **O patriarca e o bacharel**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008. v. 1.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1, v. 1, t. 1.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro 1, v. 1, t. 2.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Livro 3, v. 4, t. 2.
- MOURA, Margarida M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v. 1.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1979. v. 1.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. v. 1.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.

OLIVEIRA, Rusiano P. de; AQUINO, Joacir R. A previdência rural e sua importância para as famílias pobres no Nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 48, n. 1, p. 115-130, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3k2NJbq>. Acesso em: 31 jul. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. v. 1.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930. 1. ed. São Paulo: Paz e terra, 1995.

REGO, Walquiria. L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa-Família**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013. v. 1.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua resignificação pela identidade regional**. 2012. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, Dalva M. de O. **A arte de viver**. Riqueza e pobreza no médio Jequitinhonha – Minas Gerais – de 1970 a 1990. 1. ed. São Paulo: Educ, 2007. v. 1.

SILVA, Maria Aparecida de M. **Errantes do fim do século**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 1999. v. 1.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.